

**Relatório previsto no art.º 8.º da Decisão da Comissão (2005/842/CE),  
de 28 de novembro, relativa à aplicação do n.º 2 do artigo 86.º do Tratado CE  
aos auxílios estatais sob forma de compensação de serviço público  
concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de  
serviços de interesse económico geral (SIEG)**

**(elaborado com base nos contributos recebidos do INAC – Instituto Nacional  
da Aviação Civil, do Gabinete do Subsecretário Regional dos Assuntos  
Europeus e da Cooperação Externa da Região Autónoma dos Açores e da  
Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência)**

**1. APLICAÇÃO DA DECISÃO DA COMISSÃO**

São concedidas compensações de serviço público relativas a serviços de interesse económico geral nos seguintes domínios:

- a) transporte aéreo regular de passageiros entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores (RAA) e entre esta e a Região Autónoma da Madeira (RAM);
- b) transporte aéreo regular de passageiros na ligação Funchal/Porto Santo/Funchal
- c) transporte marítimo de passageiros entre todas as Ilhas do Arquipélago dos Açores;
- d) requalificação, modernização e construção de infra-estruturas portuárias na Região Autónoma dos Açores;
- e) transporte aéreo de passageiros inter-ilhas na Região Autónoma dos Açores;
- f) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais da Região Autónoma dos Açores;
- g) desenvolvimento cultural e animação turística na Região Autónoma dos Açores.

**Nota:** A 23 de abril de 2008, por decisão do Governo Português, e com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, cessaram as obrigações de serviço público impostas aos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira (Lisboa/Funchal/Lisboa, Porto/Funchal/Porto e Lisboa/Porto Santo/Lisboa), publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, através da Comunicação da Comissão (98/C 267/05), de 26 de agosto, tendo em consequência a referida supressão sido anunciada, através de publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), a Comunicação da Comissão (2007/C 188/04), de 11 de agosto. O Decreto-Lei n.º 66/2008 regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes na Região Autónoma da Madeira (RAM) e aos estudantes, que realizem

viagens de ida ou volta entre o Continente e a RAM e que satisfaçam determinados critérios de elegibilidade, tendo o montante do referido subsídio a atribuir pelo Estado sido fixado na Portaria n.º 316-A/2008, de 23 de abril.

## **1.1 Atribuição**

A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas públicas através de Resoluções do Conselho de Governo, conforme abaixo se enuncia, na sequência das quais foram celebrados contratos que incluem todos os elementos referidos no art.º 4.º da Decisão da Comissão de 28 de Novembro de 2005, designadamente:

- a) a natureza e a duração das obrigações de serviço público;
- b) as empresas e o território em causa;
- c) a natureza de quaisquer direitos exclusivos ou especiais atribuídos à empresa;
- d) os parâmetros para o cálculo da compensação e respectivo controlo e revisão;
- e) as medidas destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respectivas modalidades de reembolso.

### **1.1.1 Transporte aéreo regular de passageiros entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM**

**TAP Portugal, S.A. e SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A. –**  
empresas públicas

- A partir de 1 de Janeiro de 2006<sup>1</sup>, o Governo Português, nos termos do procedimento previsto no n.º 1, alínea a), do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de julho, decidiu impor<sup>2</sup> obrigações modificadas de serviço público aos serviços aéreos regulares explorados nas rotas: Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa, Lisboa/Terceira/Lisboa; Lisboa/Horta/Lisboa; Funchal/Ponta Delgada/Funchal; Porto/Ponta Delgada/Porto; Lisboa/Santa Maria/Lisboa e Lisboa/Pico/Lisboa, ao nível de frequências, carga e serviço postal, capacidade, categoria de aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários e comercialização dos voos.

---

<sup>1</sup> A imposição de obrigações de serviço público a estes serviços teve início em 29 de dezembro de 1995

<sup>2</sup> Comunicação da Comissão (2005/C 304/06), publicada no JOUE, de 1 de dezembro

- As referidas obrigações modificadas de serviço público foram objeto de revisão publicada no JOUE, através da Comunicação da Comissão (2008/C 104/08), de 25 de abril, com a entrada em vigor a partir de 26 de maio de 2008, inclusive.

As principais alterações consistiram na atualização das tarifas, fixação de obrigações aos serviços aéreos regulares na rota Porto/Terceira/Porto e alteração das obrigações ao nível de frequências e capacidades globais mínimas de lugares, na ligação Lisboa/Pico/Lisboa.

- A partir de 19 de dezembro de 2010, através da Comunicação da Comissão (2010/C 238/06), de 20 de outubro, foram impostas obrigações modificadas de serviço público aos serviços aéreos regulares explorados nas rotas: Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa, Lisboa/Terceira/Lisboa, Lisboa/Horta/Lisboa, Funchal/Ponta Delgada/Funchal, Porto/Ponta Delgada/Porto, Lisboa/Santa Maria/Lisboa, Lisboa/Pico/Lisboa e Porto/Terceira/Porto, as quais se encontram atualmente em vigor.

As principais alterações incidiram no cálculo da capacidade mínima de lugares a oferecer, por rota, para as estações IATA homólogas seguintes; na fórmula utilizada para a obtenção da capacidade para o transporte de carga e correio oferecida em cada voo e na atualização das tarifas.

Em resposta às Comunicações da Comissão (2005/C 304/06), (2008/C 104/08) e (2010/C 283/06), as transportadoras aéreas SATA Internacional e TAP Portugal submeteram ao Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., os respetivos programas de exploração, em regime de “code-share”, os quais consubstanciam ofertas de serviços para a exploração da totalidade das ligações sujeitas às obrigações de serviço público em causa.

Os serviços aéreos regulares nas rotas entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM serão assegurados, até 18 de dezembro de 2012, pelas referidas transportadoras aéreas, em que ambas se assumem como “marketing” e “operating” carriers.

Neste sentido, ambas as transportadoras “respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações de serviço público e pelas consequências decorrentes do não cumprimento das mesmas, incluindo, pelas sanções administrativas pecuniárias”.

No âmbito do referido acordo de “code-share”, as rotas entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM têm sido exploradas, como segue:

**SATA Internacional** - Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa; Lisboa/Terceira/Lisboa; Lisboa/Horta/Lisboa; Lisboa/Santa Maria/Lisboa; Porto/Ponta Delgada/Porto; Porto/Terceira/Porto e Funchal/Ponta Delgada/Funchal

**TAP Portugal - Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa; Lisboa/Terceira/Lisboa;  
Lisboa/Horta/Lisboa e Lisboa/Pico/Lisboa**

### **1.1.2 Transporte aéreo regular de passageiros na ligação Funchal/Porto Santo/Funchal**

- O Governo Português decidiu impor<sup>3</sup>, a partir de 14 de agosto de 2007, obrigações modificadas de serviço público aos serviços aéreos regulares explorados na rota Funchal/Porto Santo/Funchal visando assegurar aos utentes uma maior qualidade desses mesmos serviços, fixando para isso, entre outras, obrigações ao nível do número de frequências mínimas, categoria de aeronaves utilizadas e condições operacionais, capacidade oferecida, tarifas, continuidade e pontualidade dos serviços e comercialização dos voos, as quais foram publicadas, no JOUE (2007/C 24/05), em 2 de fevereiro.

Na sequência desta decisão, o Governo Português, ao abrigo do n.º 1, alínea d), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de julho, lançou um concurso público para a adjudicação da exploração, em regime de concessão, dos referidos serviços aéreos, que foi objeto de publicação, no Jornal Oficial da União Europeia (2007/C 25/04), em 3 de fevereiro.

Apenas a SATA Air Açores, S. A. se apresentou a concurso com uma proposta que cumpria todas as obrigações de serviço público impostas, pelo que, por Despacho de S.Exª o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, de 10 de maio de 2007, lhe foi adjudicada a exploração dos serviços concessionados. O respetivo contrato de concessão foi celebrado, em 30 de julho de 2007, por um período de três anos, com termo inicial em 14 de agosto de 2007 e terminus em 13 de agosto de 2010.

Não tendo sido exequível a abertura atempada do procedimento relativo à imposição de obrigações de serviço público, a partir de 14 de agosto de 2010, tornou-se imprescindível proceder à contratação de uma transportadora aérea, na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa, para a exploração daqueles serviços aéreos regulares, a partir daquela data e até 31 de dezembro de 2010, tendo sido adotado um procedimento por ajuste direto, com convite à

---

<sup>3</sup> Nesta rota as obrigações de serviço público tiveram início em 29 de dezembro de 1995

transportadora que se encontrava a explorar a rota em causa – SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A., mantendo-se as obrigações que haviam sido publicadas, no JOUE (2007/C 24/05), em 2 de fevereiro.

Por Despacho de S.Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, de 5 de agosto de 2010, foi adjudicada à SATA Air Açores a exploração dos serviços concessionados - mediante a assinatura do respetivo contrato de concessão, no dia 12 de agosto de 2010 - por um período de 140 dias, com termo inicial e final, respetivamente, em 14 de agosto de 2010 e em 31 de dezembro de 2010.

- Para se dar início a uma nova concessão na rota Funchal/Porto Santo/Funchal, a partir de 1 de janeiro de 2011, o Governo Português decidiu impor obrigações modificadas<sup>4</sup> de serviço público aos serviços aéreos regulares explorados na rota Funchal/Porto Santo/Funchal, publicadas no JOUE (2010/C 249/03), em 16 de setembro.

Na sequência da decisão de contratar - despacho, de 20 de julho de 2010, de S.Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações – e ao abrigo do n.º 5, do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, foi lançado um novo concurso público, que foi objeto de publicação no JOUE (2010/C 249/04), em 16 de setembro.

Por Despacho de S.Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, de 2 de dezembro de 2010, foi adjudicada à SATA Air Açores, S. A. a exploração dos serviços concessionados - tendo o contrato de concessão, atualmente em vigor, sido celebrado a 30 de dezembro de 2010 - por um período de três anos, com início e terminus, respetivamente, em 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

As informações sobre os atos de atribuição referentes aos parâmetros para o cálculo da compensação e respetivo controlo e revisão, bem como, as medidas destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso estão incluídas nos pontos 1.2 e 1.3 da presente informação.

---

<sup>4</sup> As referidas obrigações foram alteradas no que diz respeito ao número de frequências mínimas e à capacidade mínima anual, tendo a estrutura tarifária sido objeto de atualização.

### **1.1.3 Transporte marítimo de passageiros entre todas as Ilhas do Arquipélago dos Açores**

#### **ATLÂNTICOLINE, SA – empresa pública regional**

A gestão dos serviços de interesse económico geral relativos à construção e exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do Arquipélago, bem como a prestação serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, foi atribuída à “Atlânticoline, SA” pela Resolução do Conselho do Governo n.º 152/2005, de 3 de Novembro, posteriormente alterada pelas Resoluções n.º 39/2006, de 20 de Abril, n.º 9/2007, de 25 de Janeiro, n.º 114/2008, de 1 de Agosto e n.º 13/2010, de 18 de Janeiro.

Na sequência da Resolução de 2005, foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a “Atlânticoline, SA”, um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral a 8 de Novembro de 2005.

#### **TRANSMAÇOR, LDA – empresa privada com capitais públicos**

A partir de 1 de Janeiro de 2010 a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público ao serviço de transporte marítimo regular nas Ilhas do Grupo Central do Arquipélago (Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira), com o objectivo de assegurar aos utentes serviços mínimos ao nível de frequências, capacidades, categorias das embarcações utilizadas, tarifas, continuidade e comercialização das viagens. O anúncio relativo à imposição destas obrigações de serviço público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 200/S 201-289879, de 17 de Outubro.

### **1.1.4 Requalificação, modernização e construção de infra-estruturas portuárias na Região Autónoma dos Açores**

#### **ADMINISTRAÇÕES PORTUÁRIAS REGIONAIS – empresas públicas regionais**

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de Junho foram criadas as seguintes administrações portuárias regionais:

- a) **APSM** - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A;
- b) **APTO** - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A;
- c) **APTG** - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A

Tratam-se de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos que têm como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Foram celebrados entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e as Administrações Portuárias Regionais contratos com vista à realização de diversas obras de construção, modernização, ampliação e requalificação das infra-estruturas portuárias regionais, ao abrigo das Resoluções do Conselho de Governo n.º 111/2004, de 29 de Julho, n.º 94/2006, de 27 de Julho, n.º 49/2007, de 24 de Maio, n.º 51/2008, de 10 de Abril, n.º 59/2009, de 3 de Abril, n.º 119/2009, de 13 de Julho, n.º 121/2009, de 13 de Julho e n.º 90/2010, de 15 de Junho.

Os contratos celebrados no período de 2004 a 2010 foram os seguintes:

#### **Em 2004**

- Contrato com a APTG, em Agosto de 2004, para a execução da obra de reabilitação e reordenamento do Porto da Praia da Vitória.

#### **Em 2006**

- Contrato com a APTO, em Agosto de 2006, para as obras de Reordenamento do Porto da Madalena (Projecto); Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso ao Porto (Projecto); Reordenamento do Porto da Horta (Projecto); Edifícios de Comércio e Serviço da Bacia Sul da Marina da Horta (Projecto) e Remodelação e Ampliação do Porto da Calheta de S. Jorge.
- Alteração ao Contrato que havia sido celebrado em Agosto de 2004 com a APTG, para a obra de Reabilitação e Reordenamento do Porto da Praia da Vitória.

#### **Em 2007**

- Contrato com a APTO, em Maio de 2007, para as obras de Construção Sector de Recreio Náutico do Porto das Velas de S. Jorge; Construção do Núcleo de Recreio Náutico do Porto das Lajes do Pico; Construção Sector do Núcleo de Recreio Náutico do Porto das Lajes das Flores; Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso ao Porto; Reabilitação da Cabeça do Molhe e Construção do Edifício Polivalente do Porto das Lajes das Flores; Reordenamento do Porto da Horta e Reordenamento Porto da Madalena;
- Contrato com a APTG, celebrado em Maio de 2007, para as obras de Ordenamento da Envolvente ao Porto da Praia da Vitória e Ordenamento do Molhe de Protecção do Elevador de Navios do Porto da Praia da Vitória;

- Contrato com a APSM, celebrado em Maio de 2007, para as obras de Construção do Terminal Marítimo de Cruzeiros da Cidade de Ponta Delgada e para a Construção das Obras Marítimas do Porto de Recreio Náutico de Vila do Porto.

#### **Em 2008**

- Contrato com a APTO, em Abril de 2008, para as obras de Ampliação dos Porto de Velas e S. Roque (Estudos); Reordenamento do Porto da Madalena e do Porto da Horta; Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso e para Reabilitação da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores;

- Contrato com a APTG, celebrado em Abril de 2008, para as obras de Recuperação do Porto da Praia da Vitória e de Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa;

- Contrato com a APSM, em Abril de 2008, para as obras de Construção do Terminal Marítimo da Cidade de Ponta Delgada e para a 2ª Fase do Núcleo de Recreio Náutico do Porto de Vila do Porto.

#### **Em 2009**

- Contrato com a APTO, em Maio de 2009, para as obras de Reordenamento do Porto da Horta;

- Construção da Gare Marítima do Porto da Calheta de São Jorge; Trabalhos complementares de arranjo da aérea envolvente à gare de passageiros da Calheta; Núcleo de Recreio Náutico do Porto da Calheta de São Jorge; Construção do Edifício de Controlo e do Edifício de Apoio à Marina das Velas de São Jorge; Construção do Edifício de Apoio ao Recreio Náutico das Velas de São Jorge; e de Reordenamento do Porto da Madalena;

- Contrato com a APTO, em Julho de 2009, para as obras de acesso de serviço ao quebra-mar da protecção costeira das lajes do Pico;

- Contrato com a APTG, em Julho de 2009, para as obras de Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo; Reforço da Intervenção na Muralha da Baía de Angra; Protecção da Orla Costeira junto ao Parque de Combustíveis da Praia da Vitória; e de Ordenamento do Molhe de Protecção do elevador de navios do Porto da Praia da Vitória.

#### **Em 2010**

- Contrato com a APTO, em Junho de 2010, para as obras de Construção de rampas ro-ro no Porto da Horta; Construção de rampas ro-ro no Porto das Lajes das Flores; e de Rebaixamento da Cota de Fundação para – 8.00 ZH e alteamento da cota do cais para + 3,60 HZ, do Terminal Marítimo da cidade da Horta.



### **1.1.5 Transporte aéreo de passageiros inter-ilhas na Região Autónoma dos Açores**

#### **SATA AIR AÇORES, SA – empresa pública regional**

A partir de 1 de Abril de 2003, a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público, ao serviço de transporte aéreo entre as ilhas do Arquipélago, com o objectivo de assegurar aos utentes, serviços mínimos.

Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais. Estas obrigações de serviço público foram publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º 2002/C 115/02, a 16 de Maio de 2002.

Posteriormente, ao abrigo do n.º 1, alínea a), da cláusula 4.ª do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho, a Região Autónoma dos Açores lançou um concurso público para adjudicação da exploração do serviço de transporte aéreo regular no interior da Região, o qual foi publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias 2002/C 298/10, de 20 de Novembro de 2002.

Nenhuma transportadora aérea comunitária apresentou um pedido de exploração dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, sem exigir compensações financeiras ou direitos exclusivos na rota, de acordo com as obrigações de serviço público impostas.

Findo o primeiro contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objecto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2006/C 51/07, de 1 de Março de 2006, e que se encontra actualmente em vigor. Apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores mediante contrato, datado de 31 de Maio de 2006, e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 18/2006, de 9 de Fevereiro, por um período de três anos.

Em Maio de 2009, na sequência da Resolução n.º 76/2009, de 8 de Maio, foi lançado um novo concurso público, que foi objecto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2009/C 115/05, de 15 de Maio de 2009, na sequência do qual novamente apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, por um período de 5 anos, ou seja de 1 de Outubro de 2009 a 30 de Setembro de 2014, mediante a assinatura de um Contrato a 7 de Setembro de 2009.

### **1.1.6 Serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais da Região Autónoma dos Açores**

**SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA** – empresa pública regional

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA – Gestão de Aeródromos, SA, mediante Contrato datado de 1 de Julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de Junho, por um período de dez anos.

### **1.1.7 Desenvolvimento cultural na Região Autónoma dos Açores**

**TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA** – empresa pública regional

A 8 de Novembro de 2007 foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a sociedade Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo ao Desenvolvimento da Oferta Cultural, da Animação Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico, na sequência de um Despacho Conjunto n.º 114/2007, de 6 de Novembro, de S. Exas o Vice-Presidente do Governo Regional e o Secretário Regional da Economia.

## **1.2 Montante da Compensação**

### **1.2.1. Transporte aéreo regular de passageiros entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM**

Nas ligações entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM, o Estado subsidia as viagens de passageiros residentes e estudantes, desde que utilizados os critérios e valores tarifários<sup>5</sup> constantes das supramencionadas Comunicações da Comissão (2005/C 304/06), (2008/C 104/08) e (2010/C 283/06).

---

<sup>5</sup> incluindo o custo de encaminhamento dos passageiros respeitante às viagens com origem e destino às ilhas sem ligação direta ao Continente e ao Funchal. O valor do encaminhamento corresponde às tarifas aprovadas pelo Governo Regional dos Açores para as ligações no interior da Região Autónoma.

### **1.2.2. Transporte aéreo regular de passageiros na ligação Funchal/Porto Santo/Funchal**

Os contratos de concessão celebrados com a empresa pública concessionária de transporte aéreo regular de passageiros na ligação Funchal/Porto Santo/Funchal (SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A.) estabelecem como contrapartida da prestação dos serviços aéreos que a Concessionária terá direito a receber uma indemnização compensatória que terá em conta a especificidade, o grau de risco inerente à prestação dos serviços da concessão e o início efetivo da exploração da mesma.

Para impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas, o clausulado dos referidos contratos contém regras, que determinam, nomeadamente, que:

- A Concessionária obriga-se a dispor de um sistema de informação contabilístico que permita uma correta identificação e fundamentação dos custos e proveitos imputáveis ao serviço concessionado, e a prestar às entidades fiscalizadoras (INAC, I. P. e IGF) toda a informação necessária, adequada e requerida por aquelas para a prossecução das suas funções de fiscalização.
- A Concessionária facultará ao INAC, I. P. e/ou IGF o livre acesso a todos os livros de atas, livros de presenças e documentos anexos relativos à Concessionária, livros, registos e demais documentos relativos às atividades compreendidas na concessão, assim como prestará todos os esclarecimentos que lhe forem requeridos pelo Concedente.

### **1.2.3. Região Autónoma dos Açores**

Todos os contratos celebrados com as empresas públicas regionais concessionárias de serviços públicos contém cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correcta dos custos e evitar compensações excessivas.

Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, tendo em conta as receitas obtidas, nos contratos de serviço público celebrados com as **Administrações Portuárias Regionais**, com a **Atlanticoline, SA**, e com a **Transmaçor, Lda** são estipuladas cláusulas que estipulam as verbas globais atribuídas e a condição do

montante da comparticipação financeira a atribuir ser proporcionalmente reduzido, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento.

No Contrato de Concessão dos Serviços Aéreos Regulares, a **SATA Air Açores, SA** recebe uma compensação financeira em função do deficit de exploração determinado anualmente “ex-post” em função dos custos e proveitos devidamente justificados e efectivamente incorridos na exploração do serviço.

No caso da **SATA Gestão de Aeródromos, SA** foram definidos os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respectivos custos, o qual é previamente aprovado pela concessionária.

No que concerne à **Teatro Micaelense, SA** é referido no respectivo Contrato de Desenvolvimento da Oferta Cultural, da Animação Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico, que a concedente transferirá verbas que não devem exceder os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, cujo cálculo decorre de dados objectivos, obtidos por comparação entre receitas e custos de exploração que fazem parte integrante do Plano de Acções Anual previamente aprovado pela Região.

### **1.3 Excesso de Compensação**

A **Inspeção-geral de Finanças (IGF)**, entidade responsável pela fiscalização das operações económicas, financeiras e fiscais praticadas pelas transportadoras aéreas no âmbito de uma concessão ou em aplicação de subsídios ao preço do bilhete, pronuncia-se sobre os montantes de compensação ou subsídio devidos por força das disposições do Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de abril.

No entanto, o valor das compensações a pagar às transportadoras aéreas terá obrigatoriamente em conta o resultado da fiscalização do cumprimento das obrigações de serviço público cometida ao Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC, I. P.) que, para o efeito, elaborará um relatório, enquanto entidade responsável pela fiscalização da atividade da Concessionária em tudo o que respeite ao cumprimento dos contratos de concessão, da legislação e regulamentos aplicáveis e, bem assim, em tudo o que respeite a matérias não abrangidas no âmbito das atribuições e competências de outras entidades.

### **a) SATA Internacional e TAP Portugal**

As regras para atribuição do montante relativo ao subsídio ao preço do bilhete e encaminhamentos a pagar à SATA Internacional e à TAP Portugal encontram-se explanados nas supramencionadas Comunicações (2005/C 304/06), (2008/C 104/08) e (2010/C 283/06), bem como no Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de abril.

É da competência da IGF certificar o valor do reembolso, a pagar pela Direção-geral do Tesouro e Finanças às referidas transportadoras aéreas, relativo ao subsídio ao preço do bilhete e encaminhamentos, no âmbito das obrigações de serviço público nas ligações aéreas entre o Continente e a RAA e entre esta e RAM, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 18.º e n.º 2 do artigo 28.º do referido diploma e do previsto nas respetivas Comunicações da Comissão.

De acordo com aqueles diplomas, o valor do referido reembolso, certificado pela IGF é equivalente ao produto do número de bilhetes vendidos (e efetivamente utilizados) a beneficiários deste regime de subsídio, em viagens ao Continente e entre o Funchal e Ponta Delgada, pelo valor do subsídio referido na Comunicação 2005/C 304/06 antes referida e na Comunicação 2007/C 108/04, publicada no JOUE de 12 de maio<sup>6</sup>, na Comunicação 2008/C 104/08, publicada no JOUE de 25 de abril<sup>7</sup> (procedeu à revisão do preço das tarifas) e Comunicação 2010/C 283/06, de 20 de outubro<sup>8</sup>.

A certificação das importâncias devidas a título de reembolso, cometida à IGF nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 138/99, é feita com base nas listagens (pedidos de reembolso), apresentadas pelas referidas transportadoras, com a indicação da quantidade de bilhetes vendidos com desconto e efetivamente utilizados, agrupados por tipo de beneficiários<sup>9</sup> e percurso, e do montante de subsídio solicitado.

A IGF procede, igualmente, à análise do custo com os encaminhamentos de passageiros no interior dos Açores suportados pela TAP e pela SATA Internacional.

A IGF elabora um relatório que reflete o impacto financeiro, em termos de compensação a pagar pelo Estado, o qual tem em conta o parecer emitido pelo INAC, I. P. sobre o cumprimento das anteditas obrigações de serviço público, pelas transportadoras aéreas, nomeadamente, no âmbito técnico, de qualidade e de segurança.

### **b) SATA Air Açores**

<sup>6</sup> Esta Comunicação entrou em vigor em 1 de abril de 2007 (n. 5 da Comunicação)

<sup>7</sup> Esta Comunicação entrou em vigor a 25 de maio de 2008

<sup>8</sup> Esta Comunicação entrou em vigor em 19 de dezembro de 2010

<sup>9</sup> Em quatro grandes grupos: residentes, estudantes, crianças (residentes até 12 anos de idade cuja tarifa é 50% da tarifa dos residentes adultos) e bebés (residentes até 2 anos de idade cuja tarifa é 10% da tarifa dos residentes adultos).

As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estabelecidas nos contratos de concessão celebrados com o Estado Português. Para certificação do valor a pagar, em cada período (anual ou mensal<sup>10</sup>) da concessão, a concessionária remete à IGF um relatório da execução financeira da concessão, com informação devidamente fundamentada sobre os proveitos e custos efetivamente realizados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados.

#### **Contrato de concessão – período de 14 de agosto de 2007 a 13 de agosto de 2010 – apuramento do valor da IC**

O montante exato da indemnização compensatória a atribuir é determinado em função dos custos e proveitos devidamente justificados e efetivamente incorridos na exploração do serviço, excluindo os custos financeiros, considerando nestes as diferenças de câmbio. Aos custos de exploração assim determinados é acrescida uma remuneração de capital calculada do seguinte modo: os custos de exploração são multiplicados por uma taxa de remuneração igual ao indexante da taxa Euribor a um ano, arredondada às milésimas, calculada segundo a média das taxas em vigor no último dia de cada mês do ano em causa, acrescida de 2,5 pontos percentuais.

O total da compensação financeira corresponde ao menor dos dois valores seguintes, com inclusão do IVA à taxa aplicável, após certificação da IGF:

- a) Ao valor calculado de acordo com a metodologia acima descrita;
- b) Ao limite do montante da compensação financeira indicado na proposta da concessionária para cada ano da concessão.

#### **Contrato de concessão – período de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2013 - apuramento do valor da IC**

O montante da indemnização compensatória a receber é apurado nos seguintes termos:

- a) O resultado da concessão será calculado anualmente<sup>11</sup>, em função dos proveitos e custos devidamente justificados e efetivamente suportados, do seguinte modo:
  - i) todos os proveitos/rendimentos operacionais, que decorrem da prestação dos serviços de interesse geral no âmbito da concessão, bem como,
  - ii) os correspondentes custos/gastos operacionais incorridos com essa prestação, englobando os custos/gastos variáveis e a parte dos

---

<sup>10</sup> Mensal, no caso do contrato de concessão celebrado por um período de 140 dias, anual nos restantes contratos

<sup>11</sup> Na concessão celebrada por um período de cento e quarenta dias, o resultado da mesma foi calculado após decorrido aquele período.

custos/gastos fixos comuns inerente à prestação daqueles serviços, caso a empresa exerça outras atividades fora do âmbito da concessão;

- b) Um lucro razoável correspondente à remuneração do capital investido na atividade de prestação dos serviços de interesse geral no âmbito da concessão, calculado pela aplicação de uma remuneração aos ativos líquidos afetos à atividade da concessão no início de cada período anual da mesma<sup>12</sup>, líquidos dos apoios ao investimento efetuados pelo Estado ou fundos estruturais da União Europeia, que terá como limite máximo uma taxa anual postecipada de 6,08%.

Para efeitos do apuramento do lucro razoável não são considerados os bens utilizados na concessão financiados na modalidade de locação operacional.

- c) O total da indemnização compensatória suportada pelo Concedente, em cada período anual da concessão<sup>13</sup> corresponderá ao menor dos dois valores seguintes, com inclusão da taxa de IVA aplicável, após certificação pela IGF:
- i) ao valor calculado de acordo com as alíneas a) e b);
  - ii) ao limite do montante da indemnização compensatória indicado na proposta da Concessionária para cada período anual da concessão<sup>14</sup>.

### **Contratos de Concessão – Pagamento da IC**

O pagamento, pelo Concedente, através da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF), à SATA Air Açores da indemnização compensatória será efetuado após cada trimestre, no valor correspondente a um quarto (1/4) do limite do montante da indemnização compensatória indicado na proposta da Concessionária, para cada período anual da concessão, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada período anual da concessão só será disponibilizado após o apuramento pela IGF do montante exato da indemnização compensatória devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos efetuados.

Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada período anual da concessão seja a favor do concedente, será objeto de indemnização compensatória no trimestre imediatamente seguinte, salvo no último trimestre da concessão em que será objeto de reembolso.

---

12 Na concessão celebrada por um período de cento e quarenta dias, a referência é "... o início do período de exploração da mesma..."

13 Na concessão mencionada no rodapé anterior, o período em causa é o da totalidade da concessão

14 Na concessão mencionada nos rodapés anteriores, o período em causa é o da totalidade da concessão – cento e quarenta dias

A exceção às regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores supramencionadas verifica-se no contrato de concessão da exploração da rota em referência com a duração de cento e quarenta dias, constando no clausulado do mesmo que “O pagamento ... será efetuado após cada mês, no valor correspondente a um quinto (1/5) do limite do montante da indemnização compensatória indicado na proposta da Concessionária para o período da concessão, sendo que o pagamento relativo ao último mês da concessão só será disponibilizado após o apuramento do montante exato da indemnização compensatória devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos efetuados.”

“Se o montante certificado pela Inspeção-geral de Finanças for inferior ao somatório dos pagamentos efetuados, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças notifica a Concessionária para que proceda à devolução do valor recebido ...”.

Os referidos contratos de concessão contêm uma cláusula que prevê uma revisão do valor da indemnização compensatória a atribuir pelo Concedente à Concessionária, aquando da introdução de alterações ou ajustamentos das obrigações modificadas de serviço público impostas à exploração dos serviços concessionados ou dos próprios mecanismos de execução das mesmas, nos termos dos respetivos contratos, e sem prejuízo das disposições anteriormente mencionadas.

Nestes contratos são enquadráveis para efeitos de reposição do equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos relativamente à indemnização nos termos da apólice, ou daquela que seria aplicável, independentemente das limitações resultantes da franquias, capital seguro ou limite da cobertura, as seguintes situações:

- a) a modificação unilateral imposta pelo Concedente das condições de desenvolvimento das atividades integradas na concessão, desde que, em resultado direto da mesma, se verifique para a Concessionária um aumento de custos ou uma perda de receitas;
- b) a ocorrência de casos de força maior (todo o evento imprevisível, irresistível e insuperável, cujos efeitos se produzam independentemente da vontade e do controle da Concessionária e que tenham um impacto negativo sobre a exploração da rota concessionada, designadamente, as situações de catástrofe natural, atos de terrorismo ou guerra, declarada ou não, subversão, alteração da ordem pública e incêndio), exceto se em resultado dos mesmos se verificar a suspensão do contrato de concessão;



- c) a variação superior a X%<sup>15</sup> no preço médio do combustível, expresso em euros, relativamente ao mês anterior da apresentação da proposta, adequadamente justificada, salvo se a Concessionária optar por cobrar uma taxa para obviar o sobrecusto proveniente do aumento do preço do combustível, pela aplicação da fórmula constante da respetiva Comunicação da Comissão.

**NOTA:** Do contrato de concessão com termo inicial e final, respetivamente, em 14 de agosto de 2007 e em 13 de agosto de 2010, consta, ainda, que para efeitos de reposição do equilíbrio financeiro da concessão é enquadrável a ocorrência de variação superior a vinte por cento (20%) na cotação média do dólar (face ao euro) relativamente ao ano de apresentação da proposta, aplicável exclusivamente a rendas de aeronaves, reserva de manutenção e seguros.

Também a **Região Autónoma dos Açores** realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas públicas regionais por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da actividade das mesmas.

#### **a) Administrações Portuárias Regionais.**

O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente, através da obrigação destas entidades de prestarem a informação e os esclarecimentos que lhes for solicitado pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeterem às avaliações e auditorias especializadas realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.

As Administrações Portuárias Regionais obrigam-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios finais sobre a execução dos contratos e a incluírem nos seus planos anuais de actividades uma referência expressa ao estado de execução dos contratos celebrados.

---

<sup>15</sup> No contrato que vigorou de 14 de agosto de 2007 a 13 de agosto de 2010, a percentagem fixada foi de 15%, enquanto que nos outros dois contratos em apreço a percentagem em causa é de 20%

#### **b) Atlanticoline, SA**

No caso do Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral celebrado com a Atlanticoline, SA, encontra-se expressamente definido que esta concessionária se obriga a apresentar contas de exploração separadas por actividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma actividade que se considera exercida em condições normais de mercado.

De igual modo, o Contrato estipula que os critérios que determinam as transferências a efectuar pelo Orçamento Regional para a Atlanticoline, SA devem estar definidos de forma clara e transparente, devendo basear-se nos custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público e que o nível de compensação deve ser fixado com base numa análise dos custos que uma empresa adequadamente gerida e equipada em meios de transporte teria de suportar para cumprir as exigências de serviço público, tendo em conta as respectivas receitas, assim como um lucro razoável pela execução destas obrigações.

#### **c) Transmaçor, Lda**

As regras para atribuição do montante da compensação financeira à Transmaçor, Lda encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a adjudicatária remete à Região um relatório anual de execução do contrato, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela entidade adjudicante é efectuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só é disponibilizado após o apuramento do montante exacto da compensação devida e corresponde à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efectuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da entidade adjudicante, será objecto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da prestação do serviço, que será objecto de reembolso.

Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da prestação de serviços, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou o contrato de que resulte substancial aumento de custos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da celebração do contrato e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas portuárias e dos prémios de seguros.

#### **d) SATA Air Açores**

As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a concessionária remete à Região um relatório anual de execução da concessão, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela concedente é efectuada após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só será disponibilizado após o apuramento do montante exacto da compensação devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efectuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da concedente, será objecto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da concessão, que será objecto de reembolso.

Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta de que resulte substancial aumento de encargos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da proposta e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas aeronáuticas e aeroportuárias e dos prémios de seguros.

#### **e) SATA – Gestão de Aeródromos, SA**

A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de Julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação / manutenção / ampliação que pretende efectuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respectivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.

Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto directo negativo sobre a concessão

ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação directa à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência.

Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.

#### **f) Teatro Micaelense, SA**

A Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA, empresa encarregue da gestão de um serviço de interesse económico geral, tem a obrigação contratual de apresentar contas de exploração separadas por actividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma actividade que se considera exercida em condições normais de mercado. Esta concessionária tem a obrigação de apresentar um plano de acções anual, que integra um orçamento global e detalhado por acção, com evidência dos pressupostos e dos custos associados, o qual tem de ser previamente aprovado pela concedente até 30 de Outubro do ano anterior a que respeita. Anualmente a Região fixa, por despacho conjunto dos secretários regionais com competência nas áreas das finanças e da economia, o montante das verbas a transferir para a concessionária.

De acordo com o Contrato celebrado, a Teatro Micaelense, SA obriga-se a apresentar, semestralmente, um relatório com informação detalhada sobre a execução das actividades aprovadas, bem como dos procedimentos e critérios contabilísticos.

### **1.4 Controlo e Relatórios Anuais**

Durante um período mínimo de dez anos mantêm-se disponíveis todos os elementos necessários para determinar se as compensações atribuídas são compatíveis com Decisão da Comissão, de 28 de Novembro de 2005, de 28 de Novembro, relativa à aplicação do n.º 2 do artigo 86.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral, e são elaborados, de três em três anos,

relatórios relativos à aplicação desta Decisão, com uma descrição pormenorizada das condições de aplicação nos sectores respectivos.

## **2. ÂMBITO DE UTILIZAÇÃO E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS RELATIVAS AOS SIEG**

Os montantes pagos, às empresas do sector aéreo do transporte regular de passageiros, relativamente às ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira (subsídio ao preço do bilhete e encaminhamentos) e ligações inter-ilhas, rota Funchal/Porto Santo/Funchal (indenização compensatória), são os que se encontram no quadro que se segue, discriminados por períodos anuais de exploração.

### **INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS**

(Euros)

Ligações aéreas entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM	2008	2009	2010	2011
<b>SATA Internacional</b>	12.223.042,86	12.538.974,70	12.095.376,73	6.011.283,62
<b>TAP Portugal</b>	5.167.037,93	4.564.195,32	4.568.028,29	2.228.207,07 *

\* Montante referente só ao 1.º semestre de 2011

Fonte: Direção-geral do Tesouro e Finanças

(Euros)

Ligação aérea inter-ilhas (FNC/PXO/FNC)	14AGO07 a 13AGO08	14AGO08 a 13AGO09	14AGO09 a 13AGO10	14AGO10 a 31DEZ10	1JAN11 a 30SET11
<b>SATA Air Açores</b>	919.594,00	911.399,00	792.367,00	900.000,00	1.462.762,50

Fonte: Direção-geral do Tesouro e Finanças

As compensações foram atribuídas às referidas empresas públicas em conformidade com as categorias de serviços públicos previstas no artigo 2.º da Decisão da Comissão, de 28 de novembro, conforme se discrimina no quadro abaixo.

**Sub-Categoria da Decisão 2005/842/CE, de 28 de novembro**

Transporte Aéreo Regular de Passageiros entre o Continente e a RAA e entre esta e RAM	
<b>SATA Internacional</b>	n.º 1, alínea c) - ligações aéreas com ilhas com um tráfego médio anual inferior a 300 000 passageiros *
<b>TAP Portugal</b>	
Transporte Aéreo Regular de Passageiros Inter-Ilhas da RAM (Ligação FNC/PXO/FNC)	
<b>SATA Air Açores</b>	n.º 1, alínea c) - ligações aéreas com ilhas com um tráfego médio anual inferior a 300 000 passageiros

\* "... durante os dois exercícios, precedentes ao da atribuição do serviço de interesse económico geral."

As transferências financeiras para as empresas públicas regionais da **Região Autónoma dos Açores**, durante os anos 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 foram as que se desagregam no quadro abaixo.

	2006	2007	2008	2009	2010	(EUROS) TOTAL
Transporte Marítimo de Passageiros Inter-ilhas						
<b>ATLÂNTICOLINE, SA</b>	7.700.000,00	25.212.000,00	29.840.000,00	9.180.000,00	13.325.000,00	<b>85.257.000,00</b>
<b>TRANSMAÇOR, SA</b>					1.275.000,00	<b>1.275.000,00</b>
Infra-estruturas Portuárias						
<b>APSM, SA</b>	0,00	2.000.000,00	2.170.000,00	400.000,00	180.000,00	<b>4.750.000,00</b>
<b>APTG, SA</b>	2.225.000,00	2.475.000,00	1.883.579,00	153.872,00	656.078,64	<b>7.393.529,64</b>
<b>APTO, SA</b>	1.391.612,00	3.148.230,00	2.815.000,00	434.000,00	2.228.439,41	<b>10.017.281,41</b>
Transporte Aéreo de Passageiros Inter-Ilhas						
<b>SATA AIR AÇORES, SA</b>	12.432.335,00	11.526.496,00	11.480.559,00	17.523.678,90	22.793.664,32	<b>75.756.733,22</b>
Apoio à Aviação Civil nos Aeródromos Regionais						
<b>SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA</b>	1.814.174,00	2.202.811,00	1.498.227,00	1.469.662,94	1.475.490,73	<b>8.460.365,67</b>
Desenvolvimento Cultural e Animação Turística						
<b>TEATRO MICAELENSE, SA</b>	0,00	1.000.000,00	750.000,00	750.000,00	1.000.000,00	<b>3.500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.563.121,00</b>	<b>47.564.537,00</b>	<b>50.437.365,00</b>	<b>29.911.213,84</b>	<b>42.933.673,10</b>	<b>196.409.909,94</b>

As compensações foram atribuídas às referidas empresas públicas regionais em conformidade com as categorias de serviços públicos referidas no art.º 2.º da Decisão da Comissão, de 28 de Novembro de 2005, de 28 de Novembro, conforme se discrimina no quadro abaixo.

**Sub-Categoria da Decisão 2005/842/CE, de 2005/11/28**

Transporte Marítimo de Passageiros Inter-ilhas	
<b>ATLÂNTICOLINE, SA</b>	nº 1, alínea c) do artº 2º - ligações marítimas com menos de 300.000 passageiros
<b>TRANSMAÇOR, SA</b>	nº 1, alínea a) do artº 2º - compensações inferiores a 30 milhões de euros
Infra-estruturas Portuárias	
<b>APSM, SA</b>	nº 1, alínea d) do artº 2º - portos com menos de 300.000 passageiros
<b>APTG, SA</b>	nº 1, alínea d) do artº 2º - portos com menos de 300.000 passageiros
<b>APTO, SA</b>	nº 1, alínea d) do artº 2º - portos com menos de 300.000 passageiros
Transporte Aéreo de Passageiros Inter-Ilhas	
<b>SATA AIR AÇORES, SA</b>	nº 1, alínea c) do artº 2º - ligações aéreas com menos de 300.000 passageiros
Apoio à Aviação Civil nos Aeródromos Regionais	
<b>SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS</b>	nº 1, alínea d) do artº 2º - aeroportos com menos de 1.000.000 passageiros
Desenvolvimento Cultural e Animação Turística	
<b>TEATRO MICAELENSE, SA</b>	nº 1, alínea a) do artº 2º - compensações inferiores a 30 milhões de euros

**Nota:** Nenhuma destas empresas públicas regionais tem um volume de negócios anual superior a 100 milhões de euros

**2.1 Beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos sectores dos transportes marítimos e aéreos:**

**N.º DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS**

**Ligações aéreas entre o Continente e a RAA e entre esta e a RAM**

ROTAS	ANOS			
	2008	2009	2010	2011
Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa	345.446	344.392	353.061	330.414
Lisboa/Terceira/Lisboa	172.208	171.468	154.835	150.249
Lisboa/Horta/Lisboa	81.065	78.494	77.935	78.872
Funchal/Ponta Delgada/Funchal	19.561	17.462	18.540	18.050
Porto/Ponta Delgada/Porto	78.409	78.571	83.615	84.615
Lisboa/Santa Maria/Lisboa	5.721	5.691	5.130	5.312
Lisboa/Pico/Lisboa	8.348	11.719	13.115	12.203
Porto/Terceira/Porto	3.568	3.174	4.135	3.988

Fonte: GESTREGE (base de dados carregada com a informação constante dos formulários de tráfego apresentados pelo operador relativo a cada movimento efetuado)

**Ligação aérea inter-ilhas da RAM**

ROTA	PERÍODOS				
	14AGO07 a 13AGO08	14AGO08 a 13AGO09	14AGO09 a 13AGO10	14AGO10 a 31DEZ10	1JAN11 a 31DEZ11
Funchal/Porto Santo/Funchal	67.311	62.453	52.962	15.839	39.029

Fonte: GESTREGE (base de dados carregada com a informação constante dos formulários de tráfego apresentados pelo operador relativo a cada movimento efetuado)



Abaixo indicam-se os dados oficiais sobre o número de passageiros desembarcados nos aeroportos e portos da **Região Autónoma dos Açores**, desagregados por ilha, donde se conclui que se trata de números muito aquém dos limiares comunitários referidos na Decisão da Comissão de 28 de Novembro de 2005, relativa aos Serviços de Interesse Económico Geral.

<b>PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS DOS AÇORES</b>						
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
S. MARIA	29.893	29.578	30.751	29.488	29.476	29.186
S. MIGUEL	429.194	446.241	463.552	454.256	434.595	446.125
TERCEIRA	205.503	216.398	217.436	218.258	213.387	200.333
GRACIOSA	16.557	17.434	17.851	18.683	18.878	19.738
S. JORGE	22.591	23.397	24.343	24.610	25.073	24.091
PICO	23.856	27.691	27.509	27.443	28.744	29.641
FAIAL	90.282	94.576	95.725	93.675	90.845	90.453
FLORES	18.161	18.991	19.439	21.328	20.043	21.000
CORVO	1.665	1.704	2.015	1.857	1.954	2.280
<b>AÇORES</b>	<b>837.702</b>	<b>876.010</b>	<b>898.621</b>	<b>889.598</b>	<b>862.995</b>	<b>862.847</b>
Fonte: SREA						

<b>PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS PORTOS DOS AÇORES</b>						
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
S. MARIA	12.065	7.348	12.260	13.919	13.119	12.943
S. MIGUEL	19.158	11.017	21.725	24.767	23.542	24.622
TERCEIRA	20.975	15.237	22.990	25.709	24.955	25.383
GRACIOSA	4.096	3.365	4.594	4.289	4.343	6.074
S. JORGE	29.945	28.425	31.322	32.227	31.074	32.579
PICO	191.489	188.744	195.184	198.488	193.520	191.405
FAIAL	182.249	181.504	188.682	192.759	183.994	183.351
FLORES	1.093	0	813	788	2.329	2.564
CORVO	..	..	..	..	..	..
<b>AÇORES</b>	<b>461.070</b>	<b>435.640</b>	<b>477.570</b>	<b>492.946</b>	<b>476.876</b>	<b>478.921</b>
Fonte: SREA						

### **3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

No quadros seguintes transmite-se a informação relativa ao número de contratos celebrados pelo Ministério da Educação e Ciência com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar, bem como aos pagamentos efectuados.

	<b>Nº de Contratos 2010/2011</b>	<b>Pagamentos (€) 2011</b>
E.P.C. dos ensinos básico e secundário		
Contratos de Associação	85	173.700.211
Contratos Simples	401	18.113.695
Contratos de Patrocínio	106	18.784.671
Total Parcial	592	210.598.577
E.P.C. da educação pré-escolar		
Contratos de Desenvolvimento	519	6.525.886
Total	1.111	217.124.463